

NICOLAU WOZNIAK NETTO

O TRABALHO INFORMAL NO BRASIL – DÉCADA DE 90

**Monografia apresentada a disciplina de
Monografia do Curso de Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Pulquério Figueiredo Bittencourt

**CURITIBA
2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

NICOLAU WOZNIAK NETTO

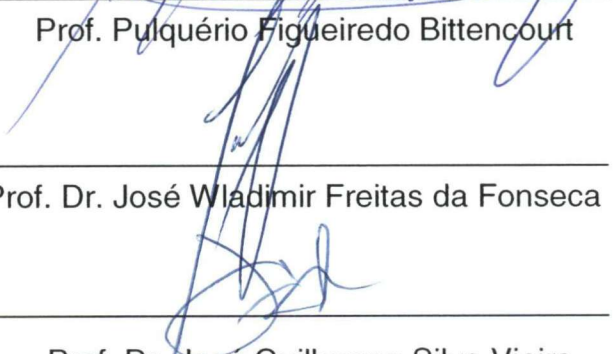
O TRABALHO INFORMAL NO BRASIL – DÉCADA DE 90

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Pulquério Figueiredo Bittencourt

Examinador:


Prof. Dr. José Wladimir Freitas da Fonseca

Examinador:


Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

Curitiba, dezembro de 2007.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fundamentar o conceito de trabalho informal, desde o seu surgimento nas formas mais primitivas, até a década de 90, uma vez que essa conceituação passou por transformações no decorrer do século XX. No decorrer da década de 90, não somente o conceito de trabalho informal passou por transformações, mas também a segmentação do mercado de trabalho brasileiro, uma vez que o trabalho informal apresentou um crescimento no número de trabalhadores que tinham na informalidade a sua forma de ocupação. Por fim, são mostradas algumas possíveis causas que levaram a esse aumento do número de trabalhadores informais no Brasil, sendo a Tributação uma delas. O desemprego mostrou-se, nesse período, como uma causa também importante e que contribuiu para o aumento da informalidade, bem como o fato do crescimento econômico do Brasil nesse período ter sido baixo, e dessa forma, contribuindo também para o crescimento do trabalho informal.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ii
LISTA DE GRÁFICOS	iii
LISTA DE SIGLAS	iv
INTRODUÇÃO	5
1 – CONCEITO DE TRABALHO INFORMAL	7
1.1 A ORIGEM DO TERMO “INFORMAL”	8
1.2 TRANSFORMAÇÕES DO TERMO “INFORMAL”	11
2- TRABALHO INFORMAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 90	13
2.1 CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL NA DÉCADA DE 90 – BRASIL.	18
2.2 A REDUÇÃO DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA	20
2.2.1 O trabalhador Conta Própria e Empregador	22
2.3 SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL – DÉCADA DE 90.	23
2.3.1 Transição de mão de obra entre os setores da economia – Década de 90.	23
3 - CAUSAS DO CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL NA DÉCADA DE 90 – BRASIL	26
3.1 TRIBUTAÇÃO	26
3.1.1 Tributação no Estado do Paraná.....	25
3.1.2 Fiscalização.....	28
3.2 DESEMPREGO.....	30
3.3 BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	34
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA (RMs)

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO (%)

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR SETORES DE ATIVIDADES (%)

TABELA 4 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTO – 30 DIAS - RMs

TABELA 5 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB): VARIAÇÃO REAL ANUAL (1991-2001)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL:
DÉCADA DE 90

GRÁFICO 2 – CURVA DE LAFFER

LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão de Estudos para a América Latina

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEA - População Economicamente Ativa

PENAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PREALC - Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca mostrar que com a globalização e o crescimento das grandes cidades, cresceu também a população e sua necessidade de trabalho, porém, o Brasil é ainda um país em desenvolvimento o que leva a várias distorções no mercado de trabalho nacional, sendo o trabalho informal uma das maiores distorções.

No entanto, essa forma de ocupação não começou apenas com o início da globalização, mas sim desde o início da formação do mercado de trabalho brasileiro. Porém na década de 90, mais precisamente entre os anos de 1990 e 1999, atingiu números preocupantes para a economia nacional, onde praticamente dobrou.

O capítulo 1, que trata do conceito de trabalho informal, divide-se então, em dois subtítulos principais que são: Origem do termo informal, no qual é definido a origem do uso do termo informal, principalmente em relação ao trabalho informal; Transformações do termo “informal”, o qual mostra as transformações do conceito de trabalho informal, principalmente com a globalização da economia, sendo que o conceito de trabalho informal sofreu alterações, uma vez que em meados do século XX o conceito de trabalho informal era um e na década de 90 esse conceito passou por alterações.

O segundo capítulo, que trata do trabalho informal no Brasil na década de 90, é dividido em três subtítulos principais, onde o primeiro trata do crescimento do trabalho informal no Brasil na década de 90, seguido de uma análise na queda do número de trabalhadores com carteira assinada, ou trabalho formal, sendo o capítulo finalizado com o terceiro subtítulo, o qual trata da segmentação do mercado de trabalho no Brasil.

O trabalho informal no Brasil ganhou proporções alarmantes na década de 90, acompanhado de uma queda no número de trabalhadores formais, esse número ultrapassou a faixa de 50% do mercado de trabalho brasileiro, isso levando em conta uma parcela dos trabalhadores conta própria, que em sua grande maioria são considerados informais também em função do não pagamento de impostos e previdência. Outro fator que contribuiu bastante para a ocorrência desse aumento do trabalho informal, foi a queda no número de

trabalhadores formais, pode-se dizer que o setor informal absorveu os trabalhadores que saíram do trabalho formal.

O terceiro e último capítulo mostra as causas que levaram ao crescimento do trabalho informal no Brasil na década de 90, são desenvolvidas três causas principais que levaram ao crescimento do trabalho informal.

A principal causa apontada é a tributação, uma vez que a mesma aplicada no Brasil nessa década acabou prejudicando o registro, por parte dos empregadores, dos trabalhadores sem carteira assinada, bem como prejudicou a regularização das empresas irregulares. Além disso, prejudicou novas adesões a planos de previdência por parte dos trabalhadores que trabalham por conta própria.

Para uma melhor exposição da idéia de que a tributação é uma das principais causas da informalidade, é usado a “Curva de Laffer” para explicar tal afirmação. Sendo ressaltado também a falta de fiscalização dos trabalhadores e empresas informais, o que facilitou uma acomodação por parte dos trabalhadores em não procurar sua regularização e com isso se tornando mais uma causa, ou o que pode ser chamada de uma causa secundária que leva ao trabalho informal.

O desemprego e baixo crescimento econômico do Brasil, na década de 90, também foram causas que levaram ao crescimento do trabalho informal no Brasil. Pode-se dizer, que desemprego e baixo crescimento econômico, são causas, que em conjunto, elevaram o trabalho informal na década de 90.

No período em questão, o Brasil passou por inúmeras transformações no cenário econômico, troca de moeda, inflação elevada, crises políticas, etc., com isso o desemprego e o crescimento econômico foram prejudicados em virtude desse conturbado cenário que o Brasil apresentava nesse período.

1 – CONCEITO DE TRABALHO INFORMAL

Primeiramente cabe ressaltar que o trabalho informal é uma das formas de trabalho mais antigas, e que a cada dia que passa torna-se maior, principalmente em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, que apesar de ter uma economia forte, ainda encontra grandes problemas estruturais e de distribuição de renda.

Ocupações do tipo informais podem ser facilmente identificadas no dia a dia do brasileiro, o caso dos vendedores ambulantes nas grandes cidades é o exemplo mais típico, bem como os trabalhadores domésticos e trabalhadores da construção civil. Ou seja, o Brasil tem um dos maiores mercados de trabalho informal do mundo, o que tem grande influência na economia nacional, uma vez que o trabalho informal “alimenta” a economia informal como um todo.

A princípio deve ser feita uma reflexão do que é considerado trabalho informal no Brasil, tendo como principal referencia o fato de o trabalhador não ter carteira de trabalho assinada, segundo NORONHA (2003, p. 113):

A invenção peculiar da carteira de trabalho teve variados significados simbólicos e práticos. Durante muito tempo funcionou (e marginalmente ainda funciona) como uma verdadeira carteira de identidade ou como comprovante para a garantia de crédito ao consumidor, prova de que o trabalhador esteve empregado em "boas empresas", de que é "confiável" ou capaz de permanecer por muitos anos no mesmo emprego. Hoje, seu significado popular é o compromisso moral do empregador de seguir a legislação do trabalho, embora, de fato, não haja garantia, pois os empregadores podem, na prática, desrespeitar parte da legislação e os que não assinam podem ser processados. De todo modo, a assinatura em carteira torna mais fácil ao empregado a comprovação da existência de vínculo empregatício. Enfim, popularmente no Brasil, ter "trabalho formal" é ter a "carteira assinada".

Portanto define-se como trabalho informal a falta de vínculo do trabalhador com o seu empregador, bem como a ausência de direitos e deveres de ambas as partes, segundo NORONHA (2003, p.112) “No Brasil, o entendimento popular de “trabalho formal” ou “informal” deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada”.

No entanto, no Brasil, o trabalhador que trabalha por conta própria, além dos empregadores, muitas vezes são também considerados como informais, uma vez que sua grande maioria não tem a necessária legalização. Desta forma, no Brasil, não devemos considerar apenas o trabalhadores sem carteira assinada, como informais.

1.1 A ORIGEM DO TERMO “INFORMAL”

Segundo LEWIS, citado por SOUZA (2007, p.205):

Com a industrialização e o crescimento das atividades comerciais e de serviços, aumenta a demanda de trabalhadores, viabilizando a absorção da mão de obra excedente do meio rural. O desenvolvimento dual comporta, portanto, um processo de articulação entre os setores moderno e atrasado, em que o crescimento do primeiro vai absorvendo o emprego redundante do segundo, ao mesmo tempo em que demanda alimentos e matérias-primas, de sorte a induzir no longo prazo o aumento da produtividade.

Com isso, o desenvolvimento econômico de um país está fundamentado na transição de uma economia-sociedade tradicional (agrícola) para uma economia-sociedade moderna (urbano-industrial), assim, essas duas economias-sociedade passariam por transformações e dessa forma realizariam o desenvolvimento de determinada economia. Esse desenvolvimento dar-se-ia basicamente na transição da mão de obra do núcleo dito Tradicional (rural) para o núcleo Moderno (urbano-industrial), porém, em determinado momento, esse mecanismo acabaria gerando um excedente de mão de obra.

Dessa forma, determinada sociedade estaria desenvolvida a partir do momento que o núcleo Moderno absorvesse toda a mão de obra do núcleo Tradicional, sendo que com essa total transição ficaria caracterizado o “desaparecimento” do núcleo Tradicional, tornando-se assim uma economia Moderna e desenvolvida (RAMOS, 2007. p.117).

Portanto, o modelo de LEWIS citado por SOUZA (2007, p.205), a princípio procurou estabelecer um modelo de desenvolvimento, principalmente para países subdesenvolvidos, com isso, pode-se dizer que esse modelo foi o pioneiro na questão da informalidade. Uma vez que partiu-se do pressuposto que essa transição de setores foi o principal mecanismo onde se identificou o termo informal, principalmente com relação ao trabalho.

O modelo dava uma ênfase muito grande em relação à questão da mão de obra, embora Lewis não tenha usado o termo “informal” na sua obra, é de fundamental importância o entendimento de seu modelo desenvolvimentista, para entender a origem do termo informal a partir dos estudos realizados nas décadas de 1950 e 1960, uma vez que nessas décadas inúmeros problemas de

ordem estrutural começaram a surgir, principalmente em países subdesenvolvidos.

Sendo o Brasil um deles, organizações internacionais passaram a dar uma ênfase e de fato, preocupar-se com tais problemas, problemas esses que estavam de fato atrapalhando no desenvolvimento de países subdesenvolvidos, chamados periféricos.

As concepções do termo “informal” foi uma criação de economistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no início dos anos 60, quando eram feitas reflexões sobre o desenvolvimento econômico da África. Além de estudos feitos pela CEPAL¹ em torno da América Latina no período em que se vivia um momento de prosperidade do continente (SILVA, 1993, p.31)).

Em torno aos estudos realizados nas décadas de 60 e 70, afirmou TOKMAN (1978, p.515):

O principal argumento sobre a origem deste setor foi o excedente de mão-de-obra, em sua maioria formado por indivíduos que imigravam das zonas rurais e que não podiam encontrar trabalho nos setores modernos. Dada a necessidade de sobrevivência, estes indivíduos tinham que desempenhar algumas atividades que lhes permitissem obter algum rendimento.

No final da década de 60 a OIT lançou o chamado Programa Mundial de Emprego, o qual tinha entre os seus principais objetivos, avaliar efeitos sobre a distribuição de renda e principalmente sobre o emprego, bem como a as estratégias dos países subdesenvolvidos em relação ao processo de industrialização. Nesse programa ficou diagnosticado que o padrão de crescimento econômico substitutivo de importações, gera uma insuficiente oferta de empregos frente à população economicamente ativa (PEA), e que isso gerava um quadro em que a mão – de – obra excessiva não se mostrava em forma de desemprego, mas sim em formas de trabalhos de pequenas escalas (OIT, 1972).

Ainda com base nos programas desenvolvidos pela OIT, foi criado na década de 70 o Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC). Uma vez que ao lado da África, a América Latina era a região que cada vez mais apresentava o surgimento da informalidade como um todo.

Através desse programa que a OIT desenvolveu os principais estudos com relação à informalidade, ou seja, foi nesse momento que o termo “informal”

¹ Cepal: Comissão de Assuntos para América Latina e Caribe

passou a ser tratado de forma mais acentuada, mesmo que de forma pouco intensa. Para RAMOS (2007, p.119):

Embora tivesse nascido na África, o conceito de informalidade encontraria seu principal espaço de reflexão na América Latina. Basicamente, o PREALC conservava a caracterização do mundo informal que tinha sido originalmente formulada no âmbito da OIT: a) pequenas firmas de propriedade familiar; b) utilização de recursos locais; c) tecnologias trabalho-intensivas; d) baixa produtividade; e) atuação em mercados concorrenciais e não- regulamentados; f) aquisição de qualificações e padrões tecnológicos à margem dos circuitos oficiais.

Portanto, a mão de obra não absorvida pelo crescimento econômico era diretamente transformado em trabalho informal, ou seja, uma forma de subsistência e uma maneira de não adentrar no quadro de desempregados, muitas vezes em virtude do crescimento econômico não acompanhar o crescimento da população economicamente ativa. Ou seja, o aquecimento, o desenvolvimento da economia nacional leva a uma elevação na procura por empregos, porém sendo esse crescimento insuficiente e desproporcional, em se tratando de regiões, passa-se a ter um desequilíbrio estrutural – criação e demanda por emprego - que tende a aumentar o índice de informalidade.

Segundo RAMOS (2007, p.120-121):

Nesse caso, a informalidade não seria outra coisa que o excedente estrutural e conjuntural de mão-de-obra. Em países com um reduzido Estado de Bem-estar, o excedente de trabalho não pode manifestar-se em desemprego aberto, e as atividades informais e o setor informal do mercado de trabalho não seriam outra coisa que a manifestação de estratégias de sobrevivência da população. O excedente estrutural seria produto do estilo de desenvolvimento (tendência à estagnação, viés tecnológico etc.) e se articularia com o excedente do ciclo macroeconômico de curto prazo.

Embora os estudos em torno do termo informal tenham se destacado na década de 60, o termo “informal”, não somente em relação à força de trabalho, pode ser diagnosticado historicamente bem antes do século XIX, uma vez que várias formas de trabalho informal sempre foram detectadas na humanidade, tendo como exemplos os trabalhos de serviços domésticos e pessoais, as pequenas construções civil, produção de bens de consumo direto além dos pequenos comércios.

Com a globalização cada vez mais acentuada as relações de trabalho foram ficando cada vez mais estreitas e cercadas de obrigações e deveres, de ambas as partes. Porém, cabe ressaltar que a globalização, ou o grau de

globalização dos países tem papel fundamental na acentuação, ou não, do trabalho informal dentro da economia do país, segundo SILVA (1993, p.31):

A existência de relações de trabalho instáveis, com baixo nível de produtividade e remuneração irrisória, cujo exemplo mais típico é o biscate, relacionando-as à situação de pobreza dos trabalhadores envolvidos e avaliando seu impacto sobre a produção de riqueza das diferentes economias nacionais. Tomava-se como modelo o assalariamento, e o trabalho informal era apresentado como efeito ou expressão do subdesenvolvimento: o baixo nível global de capitalização dos diferentes países produzia uma estrutura de emprego desequilibrada.

Logo, no Brasil sempre ficou explícito os problemas de regularização, ou legalização, das relações de trabalho, muito em função das dificuldades econômicas que o Brasil passa desde sua descoberta. Ou seja, pelo fato do Brasil ser um país “atrasado” economicamente, favorece o surgimento de relações de trabalho do tipo informal, ou seja, sem regulação e sem a devida contribuição para o crescimento da economia do país.

1.2 TRANSFORMAÇÕES DO TERMO “INFORMAL”

As teorias, ou estudos, realizados pela OIT nas décadas anteriores aos anos 90, foram aos poucos perdendo força em virtude de estudos aprofundados e novos diagnósticos. Após duas décadas de estudos e constatações, o PREALC perdeu força em função da não correlação entre dados estatísticos, bem como análises sem solução em meio a novas situações observadas no período.

A princípio, com fundamentos nas teorias desenvolvimentistas de Lewis e os estudos da PREALC, tinham como pressuposto, que todo indivíduo, ou trabalhador tinha como objetivo principal estar ocupado no setor formal.

No entanto, resultados da PNAD² dos anos de 1989 e 1990, segundo RAMOS (2007, p.122) “o mercado de trabalho ofereceria normas alternativas de inserção, e cada indivíduo podia escolher uma alternativa segundo a etapa de seu ciclo de vida, as suas preferências, as suas capacidades etc.”, portanto, a partir da década de estudos passaram a dar uma ênfase maior, não somente no excedente de mão de obra, mas também em relação à escolha pessoal do indivíduo.

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

1.2.1 Transformações do termo “informal” no Brasil

O mundo inteiro sofreu transformações com a globalização no século XX, sejam elas em relação à urbanização, industrialização, crescimento econômico, desigualdades sociais. Em se tratando de mercado de trabalho no Brasil, não foi diferente, uma vez que no início do século a economia nacional era caracterizada pela chamada estruturação, a qual consistia no crescimento do emprego assalariado, onde o trabalho informal já existia mas não tinha as proporções que alcançou no final do século, ou seja, o trabalho informal existia mas não de maneira tão desproporcional.

Esse fenômeno de estruturação, aumento do trabalho assalariado e conhecido como “velho informal”, teve início nas primeiras décadas do século e durou até meados da década de 80, onde a cada 10 postos de trabalho criados no Brasil, 8 eram assalariados e 2 com carteira assinada, algo semelhante aos países desenvolvidos na década de 70 (POCHMANN, 2000, p.17). Ou seja, no principal período da industrialização o trabalho informal não tinha proporções tão alarmantes, o que mudou completamente no início da década de 90, principalmente no Brasil.

No final da década de 80 e início da década de 90 mercado de trabalho brasileiro mudou, onde o assalariamento perdeu força dando espaço a trabalhos não assalariados, em virtude de crises e estagnação econômica, a população passou a procurar outras formas de subsistência e ocupação, uma vez que os postos de trabalho não cresciam na mesma proporção que a demanda pelos mesmos.

Com isso, ficou caracterizado o “informal globalizado”, onde o trabalhador, uma vez que não encontrou emprego, passa a trabalhar por conta ao invés de ser assalariado, o que contribuiu em muito para a grande expansão do trabalho informal no Brasil na década de 90.

Portanto, no Brasil o processo de informalidade teve diferentes percepções para diferentes décadas de sua história, segundo NORONHA (2003, p. 113):

No início do século XX, começou a se desenvolver o mercado de trabalho, no sentido moderno do termo, como a forma predominante de produção de bens e serviços. Durante as primeiras três décadas, o trabalho transformou-se numa mercadoria livremente negociada, já que leis e contratos coletivos eram quase inexistentes. Durante as décadas

de 1930 e 1940, o corporativismo de Estado de Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho, o qual marcou o mercado nacional por todo o século. A partir de então, as noções de "formalidade" e "informalidade" foram pouco a pouco sendo construídas. As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado sobretudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos.

Com isso, fica caracterizada no Brasil uma transformação do mercado de trabalho, e uma forte presença do trabalho informal, a partir das transformações das leis trabalhistas, bem como a industrialização nacional.

Para NORONHA (2003, p.113), o mercado de trabalho brasileiro é descrito da seguinte forma:

Nos anos de 1970 o perfil do mercado de trabalho já era claramente dual: a maioria dos trabalhadores industriais havia sido incorporada ao mercado formal, bem como expressiva parte dos trabalhadores do setor de serviços. Além disso, o processo simultâneo de urbanização diminuiu de modo significativo, em poucas décadas, o número de trabalhadores rurais, os quais se encontravam fundamentalmente no mercado de trabalho "informal", ou em outras relações não propriamente contratuais de trabalhos familiares, em economias de subsistência e com práticas "contratuais" tradicionais. A urbanização e a industrialização mercado de trabalho ampliaram também a massa de trabalhadores subempregados, mal incorporados ao mercado de trabalho.

As migrações das áreas rurais, em virtude da urbanização e industrialização, são os principais exemplos da transformação que o mercado de trabalho brasileiro sofreu, sendo que com a urbanização e industrialização mais agudas, a expansão do trabalho informal tornou-se inevitável, bem como a mudança do conceito de trabalho informal, o qual era completamente diferente no início do século quando o Brasil ainda não passava por transformações urbanas e industriais.

Finalmente chega-se ao entendimento que o termo "informal", seja o trabalho ou a economia como um todo, não tem uma definição específica e única, como por exemplo, a pobreza e a fome, mas apresenta outras três vertentes explicativas para o seu significado, RAMOS (2007, p.131) define com clareza a complexidade desse termo:

Ela põe em evidência uma contemporaneidade que contrasta com a perda de importância da matriz teórica que a originou (a economia do desenvolvimento). Talvez essa contemporaneidade esteja associada à ambigüidade da própria concepção do termo e, nesse sentido, o mesmo conceito poderia designar ora um excedente estrutural de mão de obra, ora de um fenômeno da economia subterrânea, ora uma simples manifestação da escolha individual.

No caso de se caracterizar como um excedente estrutural, podemos mais uma vez, usar o modelo dual de Lewis, onde o excedente estrutural de mão de obra estaria no fato, de os trabalhadores do setor agrícola (tradicional), migrarem para o setor industrial (urbano). Como um fenômeno da economia subterrânea, pode-se dizer que a informalidade torna-se uma consequência da falta de desenvolvimento de uma economia atrasada, e dessa forma, a informalidade cresce nas mesmas proporções em que o número de postos de trabalho necessários, não são criados, em virtude do atraso econômico.

A informalidade, ao ser uma manifestação de escolha individual, torna-se mais comum em países desenvolvidos, onde o trabalhador faz a escolha por ser um trabalhador informal, para dessa forma, ter uma renda maior e ter menos despesas com impostos por parte do governo. Para isso, podemos usar a Curva de Laffer, onde o trabalhador prefere ser informal do que pagar grande parte de sua renda ao governo, em forma de impostos.

Com relação à situação brasileira em relação à teoria inicial do século XIX, o Brasil não pode abrir mão de ser um país dual, ou seja, é um país com uma imensa força agrícola, mas que sofre com a desigualdade na distribuição de terras, para POCHMANN (2000, p.19):

Vejo, no Brasil, uma certa dualidade. Obviamente, não podemos perder o sentido do século XXI. Precisamos ter um setor agrícola com capacidade de competir internacionalmente, impedindo que o Brasil se atrase com relação aos países desenvolvidos – embora isso seja cada vez mais difícil, tendo em vista que 80% do desenvolvimento tecnológico, hoje, é realizado pelas 4000 maiores corporações transnacionais que estão situadas nos países ricos. Mas não se pode esquecer que o Brasil é um país periférico de dimensões continentais e, como tal, tem problemas do século XIX.

Ou seja, seria sim um atraso, para a economia brasileira, o Brasil especializar-se e transformar – se e, apenas em um setor, o moderno, uma vez que o Brasil apresenta um imenso potencial agrícola, mas que deve sim, pensar em transformações, tanto do setor tradicional (agrícola), como do setor moderno (industrial), afim de solucionar ou diminuir desigualdades de problemas oriundos de séculos anteriores.

Ainda segundo as idéias de POCHMANN (2000, p.19) “A informalidade no mercado de trabalho brasileiro, é uma estratégia de sobrevivência, mais nada. Ela não pode ser entendida como o futuro da ocupação”.

Portanto, existem várias frentes teóricas para explicar o que é a informalidade e o trabalho informal, conceitos e princípios diferentes e, além disso, que passaram por transformações durante o decorrer do século e dessa forma tornaram a definição desse termo tão complexo quanto à economia como um todo.

Com isso, a informalidade pode surgir de várias formas, sendo um excedente estrutural de mão de obra de mão de obra, ou um fenômeno de uma economia subterrânea e atrasada, ou até mesmo apenas uma escolha individual de cada pessoa. No caso do Brasil, a questão de escolha individual é pouco aplicada em virtude do atraso da economia nacional, dessa forma aplicando-se a países desenvolvidos, em se tratando de Brasil a informalidade, em sua grande parte, ocorre apenas como uma “estratégia de sobrevivência”, identificando-se com uma consequência de um fenômeno de uma economia subterrânea.

Evidente que ocorrem as demais formas de informalidade, porém, o indivíduo escolher ser informal não é muito comum no Brasil, embora exista em grande número, ainda não se pode dizer que a maioria dos trabalhadores informais do Brasil são informais por opção.

2- TRABALHO INFORMAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 90

Na década de 90, aliado a crises políticas e o início do plano real, o desemprego esteve presente de forma marcante na economia brasileira e expandindo-se de forma muito rápida, com isso, a população atingida por esse encontrou outros caminhos para a solução dessa falta de empregos, muitas vezes a única solução para seus problemas, foi o trabalho informal.

Na década de 90, o Brasil passou por uma profunda transformação na estrutura do seu mercado de trabalho. O trabalhado com carteira assinada perdeu força, o Trabalhador Conta Própria passou a ocupar o espaço que outrora era do trabalhador com carteira assinada, mas isso não ocorreu como um processo natural de um país em desenvolvimento, foi uma processo descontrolado e negativo da economia nacional, uma vez que, em se tratando de Brasil, grande parte desses trabalhadores informais não tinham a opção de escolha entre um trabalho formal ou informal, mas sim tinha apenas a opção do trabalho informal, em virtude da estagnação e o baixo desenvolvimento econômico do Brasil.

Mas esse fenômeno, do aumento da informalidade, não ocorreu apenas em função do baixo desenvolvimento econômico do Brasil, as tendências do mundo capitalista contribuíram, e muito, para que a informalidade se transformasse em uma “válvula de escape” para que as pessoas conseguissem trabalhar.

Em alguns momentos, da década de 90, o Brasil apresentou bons resultados no seu crescimento econômico, principalmente nos anos entre 1993 e 1997, porém o fato da economia ter crescido não quer dizer que o numero de empregos tenha crescido também, isso ocorre, em virtude das tendências do mundo capitalista, de aumento da Composição Orgânica do Capital³.

Segundo MARX (1989, p.723-724):

Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa nos meios de produção, comparada com a massa de força de trabalho que os vivifica, reflete-se na

³ Composição Orgânica do Capital = Capital Circulante (matéria prima + energia) + Capital Fixo (maquinas e equipamentos + estabelecimentos) / Quantidade de força de trabalho. NOBRE, E. A. C. **As transformações recentes do Sistema Capitalista: reestruturação econômica e os paradigmas de desenvolvimento.** Disponível em: < http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/pos_grad/aula_1.pdf> Acesso em: 07 dez. 2007.

composição do valor do capital, com o aumento da parte constante às custas da parte variável. Se, por exemplo, originalmente se despende 50% em meios de produção e 50% em força de trabalho, mais tarde, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, a percentagem poderá ser de 80% para os meios de produção e de 20% para a força de trabalho e assim por diante.

Com o desenvolvimento do capitalismo, tende a diminuir o capital variável (trabalho manual), como fração do capital total, em virtude que o progresso da tecnologia leva a uma crescente substituição do trabalho manual pelo trabalho de máquinas. Com isso, um aumento da chamada “composição orgânica do capital”, isto é uma elevação do capital constante (maquinaria e matérias-primas), na relação com o capital variável.

Portanto, na década de 90, o Brasil, além de crises econômicas e políticas, sofreu com o desenvolvimento do Capitalismo e o desenvolvimento de novas tecnologias, dessa forma, as máquinas tomaram o lugar de muitos trabalhadores no mercado de trabalho, não só no Brasil, mas essa foi um tendência mundial. Como exemplo, pode ser citado a maquinaria nos bancos, onde caixas manuais foram substituídos por caixas eletrônicos, fazendo com que milhares de pessoas perdessem seus empregos.

Para MARX (1989, p.735), “Toda a forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados”, ou seja, para MARX o desenvolvimento da indústria, bem como do mundo capitalista, acaba resultando em desemprego e população parcialmente empregada, que nada mais é do que trabalhadores informais, fugindo do desemprego, caso do Brasil que apresentou na década de 90 um crescimento da força de trabalho informal.

Portanto, a década de 90, foi o período onde o Brasil apresentou as suas maiores transformações no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito ao aumento do trabalho informal e queda no trabalho informal, dentro de um contexto mundial de desenvolvimento do capitalismo, onde, o crescimento dos investimentos em máquinas e novas tecnologias foram tomados como prioridade do mundo capitalista e o trabalhador foi deixado de lado.

2.1 CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL - DÉCADA DE 90.

A década de 80 foi um período muito complicado para o Brasil, em se tratando de estabilidade e crescimento da economia, em meio a turbulentos planos econômicos e instabilidade da moeda do período. Com isso, o Brasil entra na década de 90 com uma série de problemas em sua economia, como por exemplo, a inflação elevada e o desemprego descontrolado.

Portanto a década de 90, principalmente em seu início e até a criação do Plano Real em 1994, foi um período de grandes transformações de ordem econômica, sendo o crescimento do trabalho informal uma das principais transformações que o Brasil sofreu.

Segundo DIMENSTEIN (2002)⁴ “O número de trabalhadores informais no Brasil dobrou em uma década”, ou seja, em dez anos o trabalho informal dobrou no Brasil passando de aproximadamente 30% para algo próximo de 60%, isso segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005). O qual trabalha nesse caso com estimativas, e toma como base nacional apenas as seis regiões abrangidas pela PME⁵.

Sendo o trabalhador “conta própria”, o qual trabalha sozinho, a categoria que mais aumentou nesse período, além dessa, o empregado sem carteira assinada também apresentou elevação em seus índices. Outra classe que cresceu muito foi a de trabalhadores domésticos, além disso, empregadores ajudaram a aumentar esses números.

Segundo NORONHA (2003, p.115):

Até o final dos anos de 1980 a “informalidade” (ou o subemprego) era percebida principalmente como um problema endêmico pela maioria dos especialistas. Porém, as mudanças das décadas anteriores levaram os especialistas e políticos a prever (e desejar) uma expressiva redução do mercado “informal”. Predominava a suposição de que a “informalidade” (ou o subemprego) era um legado de uma economia semi-industrializada, cujo fim era uma questão de tempo e desenvolvimento. Contudo, em termos de mercado de trabalho, é razoável supor que o início dos anos de 1990 representou uma ruptura no movimento crescente de formalização do trabalho. Desde

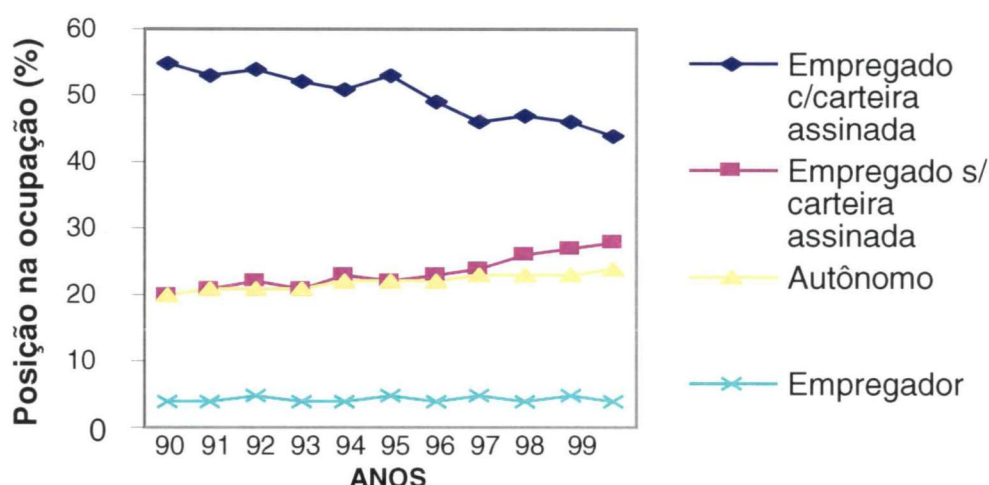
4 DIMENSTEIN, G. **Informalidade dobrou em dez anos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd110902.htm>> Acesso em: 04 set. 2007

⁵ A Pesquisa Mensal de Emprego é realizada pelo IBGE. Produz indicadores do mercado de trabalho, ocupação e desocupação das pessoas economicamente ativas, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada das pessoas ocupadas e a taxa de desocupação, tendo como unidade de coleta os domicílios das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

então, tem crescido a "informalidade". A proporção de empregados sem carteira cresceu 8,1%: de 20%, em janeiro de 1991, para 28,1%, em janeiro de 2001; ao mesmo tempo, a proporção de empregados com carteira decresceu 12,8%.

Em um período de 10 anos o número de trabalhadores formais (com carteira assinada) diminuiu consideravelmente e passaram a representar menos de 50% dos trabalhadores brasileiros.

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL: DÉCADA DE 90



FONTE: IBGE/PME⁶ - 1999

NOTA: Elaboração própria

No período da década de 90, ficou caracterizada a queda do número de trabalhadores com carteira assinada, onde no início da década representava 56% da força de trabalho nacional, passando para 44% no final da década. Aliado a essa queda dos trabalhadores com carteira assinada, tivemos um aumento no número de trabalhadores sem carteira assinada, onde no início da década representava algo em torno de 19% da força de trabalho nacional e no final representava 26% da força de trabalho nacional.

Além disso, o Trabalhador Conta Própria passou de 18% no início da década para 23% no final dos anos 90, dessa forma, o trabalhador que deixou de ter carteira assinada, ou passou a ser empregado sem carteira assinada, ou passou a trabalhar sozinho, por conta própria.

⁶ Dados oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE, dados disponíveis em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicado_res_ibge/> Acesso em : 04 set. 2007

Com um número alarmante, próximo a 60% da ocupação, o Brasil é o quarto país no mundo em se tratando de percentual do PIB oriundo da Informalidade, o Governo Federal deixa de arrecadar bilhões em impostos. Porém, o Governo não é o único prejudicado com o trabalho informal, o próprio trabalhador deixa de ter seus direitos trabalhistas, como por exemplo, o seguro desemprego (algo muito importante em uma economia volátil como a brasileira), por não ter sua carteira de trabalho assinada (DIMENSTEIN, 2002).

O conceito de trabalho informal tem diferentes significados em outros países, onde muitas vezes é considerado a melhor forma de se conseguir uma desejável independência financeira.

2.2 A REDUÇÃO DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA

Na década de 90, aliado ao crescimento desenfreado do trabalho informal, o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, apresentou uma considerável queda.

TABELA 1 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA (RMs)

PERÍODO	População ocupada - com carteira assinada - RMs
1990	9.854.348
1991	8.265.325
1992	8.048.980
1993	7.680.671
1994	7.671.839
1995	7.736.784
1996	7.613.546
1997	7.535.142
1998	7.541.038
1999	7.284.671

Fonte: IBGE / PME⁷ - 1999

Nota: Elaboração própria

⁷ Dados oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE, dados disponíveis em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?73324921>> Acesso em: 04 set. 2007.

No início de 1990 eram 9.854.348 trabalhadores com carteira assinada nas Regiões Metropolitanas abrangidas pela PME, enquanto no final do ano de 1999 esse número caiu para 7.284.671 trabalhadores, o que significa uma queda de pouco mais de 23% em uma década (IBGE).

Esses dados levam em conta, apenas os trabalhadores que deixaram de ter a carteira de trabalho assinada, não levando em conta os trabalhadores que adentraram ao mercado de trabalho na função de conta própria.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO (%)

PERÍODO	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	CONTA PRÓPRIA	EMPREGADORES
1990	56,9	19,1	18,5	4,5
1991	53,7	20,8	20,1	4,4
1992	51,4	22,2	21	4,4
1993	50,5	23,1	21,1	4,3
1994	49,2	23,7	21,8	4,2
1995	48,4	24,1	22	4,5
1996	46,7	24,8	22,8	4,6
1997	46,4	24,8	23,3	4,5
1998	45,8	25,4	23,2	4,5
1999	44,5	26,4	23,6	4,6

Fonte: IBGE/PME⁸ - 1999

Nota: Elaboração Própria

Em termos de porcentagem, no período entre 1990 e 1999, 12,5% dos trabalhadores deixaram de ter carteira de trabalho assinada, sendo que no ano de 1990, 56,9% dos trabalhadores brasileiros tinham carteira assinada, enquanto que no ano de 1999 esse número caiu para 44,5%. Essa queda se refletiu nas demais categorias de ocupação, onde os trabalhadores sem carteira assinada passaram de 19,1% em 1990 para 26,4% no ano de 1999, um aumento de 38,2% no setor dos trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, trabalho informal (IBGE, 1999)⁹.

⁸ Dados oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE, dados disponíveis em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicado_res_ibge/> Acesso em : 04 set. 2007

⁹ Idem a nota 7.

A queda no número de trabalhadores do setor formal (com carteira assinada), não se refletiu apenas no aumento dos trabalhadores informais (sem carteira assinada), mas também, causou um aumento no número dos trabalhadores que começaram a trabalhar como conta própria, que na sua grande maioria, também não contribuem com a previdência e por sua vez aumentaram o número de trabalhadores informais no Brasil na década de 90.

No ano de 1990, os trabalhadores conta própria, representavam 18,5% dos trabalhadores no Brasil, mas com um aumento de 12,5% do setor, os que trabalham por conta própria, passaram a representar 23,6% do mercado de trabalho Brasileiro, aumentando assim, o número de trabalhadores informais, uma vez que a maioria não contribui com a previdência, seja ela pública ou privada (IBGE, 1999)¹⁰.

2.2.1 O Trabalhador Conta Própria e Empregador

Importante parcela do mercado de trabalho brasileiro, o Trabalhador Conta Própria nada mais é, do que a pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando determinada atividade econômica sozinha ou com sócio, sem ter nenhum empregado, ou podendo contar, ou não, com a ajuda de algum trabalhador não remunerado (IBGE, 1997, p.24)¹¹.

Ou seja, o Trabalhador Conta Própria, passou a ocupar grande parte do mercado de trabalho nacional, na década de 90, em virtude de que uma vez que as pessoas perdiam os seus respectivos empregos com carteira assinada, viam a opção de trabalhar por conta própria, ou seja, o cidadão que perdeu seu emprego acaba trabalhando prestando serviços, como por exemplo, de jardineiro, pedreiro, carpinteiro ou até mesmo abrindo um simples bar, ou uma barbearia, onde ali o cidadão presta seu serviço.

Com isso o Trabalhador Conta Própria passou de 18,5% no ano de 1990 para 23,6% no ano de 1999, o que representa um aumento de 12,5% dentro do setor. O IBGE apurou que no ano de 1997, 87% dos empreendimentos, os quais

¹⁰ Dados oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE, dados disponíveis em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicado_res_ibge/> Acesso em : 04 set. 2007

¹¹ **Economia Informal Urbana 1997**, IBGE, trabalho disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/Econ_Inf_Urb_v1_1997.pdf> Acesso em: 04 set. 2007.

tinham como proprietário um Trabalhador Conta Própria, não tinham qualquer tipo de constituição jurídica (IBGE, 1997, p.27)¹².

Portanto, pode-se dizer que praticamente 9 entre 10 trabalhadores, na década de 90, não possuíam qualquer tipo de plano de previdência, seja ela pública ou privada, o que significa dizer que praticamente 90% dos Trabalhadores Conta Própria são informais e com isso não estavam protegidos pelas leis trabalhistas e além disso, fizeram com que o governo deixasse de arrecadar impostos para os devidos investimentos.

Com uma parcela entre 4% e 5% do mercado de trabalho nacional, na década de 90, o empregador é a pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica, com pelo menos um empregado. Na década de 90, cerca de 66% desses empregadores, eram proprietários de empresas sem nenhum tipo de constituição jurídica, bem como qualquer tipo de licença para o seu funcionamento, ou seja, mais da metade dos empregadores também contribuíram para o crescimento do trabalho informal na década de 90 (IBGE, 1997, p.31)¹³.

2.3 SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL – DÉCADA DE 90.

O mercado de trabalho brasileiro é muito complexo, formado por vários setores de atividades, muito em função da sua extensão territorial e as diferentes culturas regionais dentro do próprio país. Porém pode-se afirmar que todos os setores da economia estão presentes em todas as regiões do país, ou seja, no que se refere ao trabalho informal pode-se afirmar que ele está presente em todas as atividades da economia, bem como em todas as regiões do Brasil.

2.3.1 Transição de mão de obra entre os Setores da Economia – Década de 90.

Na década de 90, considerando as seis regiões abrangidas pela PME, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, a

¹² **Economia Informal Urbana 1997**, IBGE, idem a nota 11.

¹³ **Economia Informal Urbana 1997**, IBGE, trabalho disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/Econ_Inf_Urb_v1_1997.pdf> Acesso em: 04 set. 2007.

economia brasileira era, e continua sendo, formada por basicamente 4 grandes setores de atividades, sendo o principal deles o Setor de Serviços com uma média de 50% da população ocupada no período, seguido pelo Setor de Indústria de Transformação, Setor Comércio e por fim o Setor Construção Civil. Esses setores de atividades são os principais no Brasil, porém algo em torno de 5% a 8% da população está inserida em outros setores de atividades, como por exemplo, o Setor Público.

A seguir, são apresentados dados que mostram a transformação ocorrida no mercado de trabalho brasileiro, na década de 90, bem como a transição de mão de obra entre os principais setores de atividades do país.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR SETORES DE ATIVIDADES (%)

PERÍODO	IND. TRANSF	CONST.CIV.	COMERCIO	SERVIÇOS
1990	23,8	7,3	14,8	47,5
1991	22,3	7,4	14,6	48,7
1992	20,4	7,6	14,7	49,9
1993	20,1	7,2	15	50,2
1994	19,8	7,3	15,1	50,3
1995	19,5	7,0	15,3	51
1996	18,3	7,2	15,4	52
1997	17,5	7,0	15,5	52,8
1998	16,8	7,1	15,2	53,8
1999	16,3	6,9	15,1	54,4

Fonte: IBGE/PME¹⁴ - 1999

Nota: Elaboração Própria

Nesse período, grandes transformações ocorreram na estrutura dos setores de atividades do Brasil, o setor de Indústria de Transformação foi o que apresentou a maiores mudanças uma vez que apresentou uma grande perda de trabalhadores durante o período, caindo de 23,8% no ano de 1990 para 16,3% no ano de 1999, representando uma queda de 32,5% no número de trabalhadores ocupados nesse setor, durante a década de 90. No entanto, o setor de Serviços apresentou uma flutuação contrária da apresentada do setor de Indústria de Transformação, passando de 47,5% no ano de 1990 para 54,4%

¹⁴ Dados oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE, dados disponíveis em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicado_res_ibge/> Acesso em : 04 set. 2007

no ano de 1999, isso significa dizer que houve um aumento de 14,5% no número de pessoas ocupadas no setor de Serviços na década de 90 (IBGE, 1999)¹⁵.

Esses números mostram que com a mecanização da Indústria, muitos postos de trabalho deixaram de existir e o setor de Serviços foi o que mais absorveu esses trabalhadores. Essa conclusão parte do princípio de que os setores da Construção Civil não apresentou grande variação no período em questão, apresentando uma queda de apenas 0,4% no seu total entre os anos de 1990 e 1999, além do setor Comércio que também apresentou uma pequena alta de 0,3% do seu total (IBGE, 1999)¹⁶.

¹⁵ Idem a nota 13

¹⁶ Dados oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE, dados disponíveis em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicador_ibge/> Acesso em : 04 set. 2007

3 - CAUSAS DO CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL NA DÉCADA DE 90 – BRASIL.

Em muitos países de primeiro mundo, a relação de trabalho não assalariado é visto como uma boa forma de se conseguir uma independência financeira, e isso vêm ocorrendo em muitos lugares, mas no caso Brasil em meio ao baixo crescimento econômico e a precarização das condições de trabalho, a inserção no mercado de trabalho informal se caracteriza como uma forma de evitar o desemprego e criar alguma forma de subsistência.

Portanto, no Brasil com o baixo crescimento econômico, o desemprego, os impostos (tributação), e a falta de fiscalização, tem-se as principais causas que levaram ao crescimento descontrolado do trabalho informal na década de 90.

3.1 TRIBUTAÇÃO

A tributação foi o principal fator a elevar o crescimento do trabalho informal no Brasil na década de 90, aliado ao baixo crescimento econômico e ao desemprego.

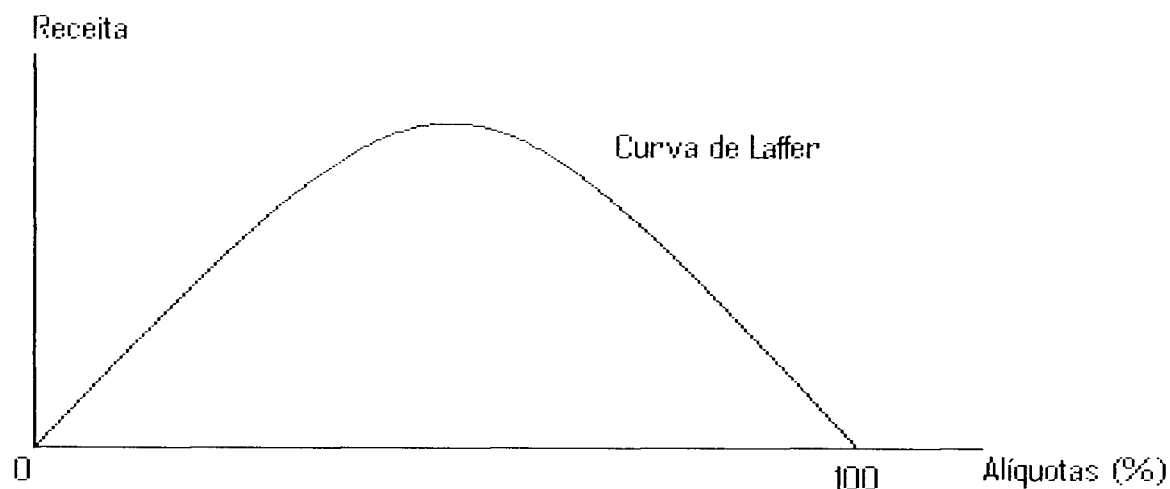
Utilizando a Curva de Laffer¹⁷, fica fácil o diagnóstico de que a tributação foi de fundamental importância para o crescimento do trabalho informal na década de 90, não só nesse período, mas também em períodos anteriores e posteriores.

Segundo GIANBIAGI (2001, p.41):

A relação ambígua existente entre aumentos de alíquotas e aumentos de receita é expressa no que a literatura denomina “curva de Laffer”. Os princípios básicos dessa construção teórica são de que: a) com uma alíquota tributária nula, a receita obviamente é nula e b) com uma alíquota de 100%, a receita também é nula, pois ninguém iria trabalhar para que o Governo se apropriasse de toda a renda. Assim, há um nível de alíquota que maximiza a receita. A partir desse ponto, no “lado errado da curva” – isto é, o direito -, aumentos de alíquotas são contraproducentes, pois reduzem uma evasão e/ ou um desestímulo às atividades formais que superam o aumento da alíquota, gerando uma perda de receita.

¹⁷ A Curva de Laffer é uma parábola, que mostra, que quanto maior a alíquota, menor será a base de arrecadação. Isto é, o aumento de alíquotas leva a uma crescente informalização das relações das empresas e indivíduos com o Estado.

GRÁFICO 2 – CURVA DE LAFFER



Nota: Elaboração própria

Ou seja, independente da época em questão, inclusive da década de 90, o peso da tributação é muito alto sobre o trabalhador, seja ele conta própria ou empregador. Com isso, a não regularização e a conseqüente não contribuição com os devidos impostos, acaba sendo algo de difícil solução, a não ser que seja reformulada toda a carga tributária para com o trabalhador brasileiro.

Como o mercado de trabalho no Brasil é muito complexo, principalmente quanto ao mercado de trabalho informal, segundo Pesquisa Informal Urbana de 2003, realizada pelo IBGE em parceria com o SEBRAE¹⁸, 95% das empresas informais têm um único proprietário e 80% dispõem de apenas uma pessoa trabalhando, onde dentre esses 80% quase 90% se trata de trabalhadores conta própria (IBGE, 2003)¹⁹.

Segundo os dados da Pesquisa Informal Urbana de 2003, o número de empresas ligadas à Construção Civil, mostra que 99,8% são informais, muitas vezes formadas por apenas um trabalhador (conta própria) o chamado “pedreiro”, que na falta de postos de trabalho busca a informalidade através dos chamados “bicos”.

Os números da pesquisa mostram, que é muito difícil o trabalhador informal buscar sua regulamentação, em virtude de que seus rendimentos são

¹⁸ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

¹⁹ Dada a publicação consultada ser em forma de documento eletrônico disponível na Internet, não há separação por páginas. O mesmo ocorre para futuras citações em que não é apresentado o número da página

apenas para sua subsistência, ou seja, insuficientes perante a alta carga tributária e burocrática para a regulamentação de suas empresas.

Dessa forma, as empresas de informais e os trabalhadores por conta própria, são vistas como ilegais e que de certa forma prejudicam a economia nacional como um todo, mas no entanto, elas estão nessa situação não apenas por opção, mas sim, em virtude da grande carga tributária e a grande intervenção estatal, no que tange a regulamentação dessas empresas e trabalhadores por conta própria.

No início da década de 90, começaram a ser realizados estudos que caracterizavam a informalidade com relação à legalidade, ou não, das empresas e trabalhadores informais, segundo RAMOS (2007, p. 124):

Economia informal seria sinônimo de “economia negra”, “economia subterrânea” ou *shadow economy*. Basicamente, a origem dessa *black economy* estaria no “excesso” de intervenção estatal e nos aspectos intrinsecamente ligados a ela (burocracia, corrupção, impostos que geram ineficiente alocação de recursos e incentivos adversos etc.) Se a legalidade podia ser uma variável de definição de segmentos segundo a perspectiva desenvolvimentista, ela mesma apresentava uma perspectiva radicalmente distinta. Na perspectiva cepalina, as pequenas unidades de produção ou trabalho autônomo, pela sua reduzida produtividade, sua escala de produção, a falta de conhecimentos específicos etc., a reflexão não deveria eleger como seu eixo o “excesso” de legislação, a burocracia etc. mas sim as razões que impedem as pequenas unidades de produção de cumprir essa legislação.

Portanto, não somente o excesso de intervenção do estado, através de impostos e burocracia, mas também as dificuldades de estrutura enfrentadas pelo trabalhador, devem ser levadas em conta ao não se cumprir a legislação vigente dentro do país. Ou seja, com a estrutura que os trabalhadores informais têm para desenvolver suas atividades, toda e qualquer intervenção do Estado, ou obrigações, são difíceis de serem cumpridas por parte dos trabalhadores, sendo assim, deveria existir um meio termo que atendesse as necessidades tanto por parte do Estado, quanto por parte do trabalhador. Dessa forma, ambas as partes ganhariam, em direitos futuros e receitas no momento atual.

3.1.1 A Tributação no Estado do Paraná

O Estado do Paraná, desde o ano de 2003 quando o atual governador Roberto Requião assumiu o poder, vem trabalhando através de leis que isentam pequenas e médias empresas de impostos, como por exemplo, o ICMS.

A política fiscal adotada no Estado do Paraná tem por objetivo cobrar mais de quem pode pagar mais, e cobrar menos de quem não tem muita condição de contribuir, dessa forma, aumentando a base de contribuintes, o Governo vem alcançando ganhos de arrecadação, sem aumentar a carga tributária como um todo, o que é feito no âmbito nacional (Agencia Estadual de Notícias)²⁰.

Em meio a políticas fiscais diferenciadas, e uma menor intervenção do Estado, nas receitas do trabalhador, o Estado do Paraná já começa a apresentar bons resultados com relação ao mercado de trabalho estadual.

Segundo estudo realizado pelo IPARDES (2007)²¹, o mercado de trabalho informal no Paraná, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), caiu de 47,5%, índice registrado em 1992, para 40,8% em 2005, o que corresponde a cerca de dois milhões de pessoas.

Com base nesse estudo realizado pelo IPARDES, fica claro que quanto menor a carga tributária aplicada sobre o trabalhador, maior será a adesão do trabalhador a formalizar sua empresa, ou o seu negócio próprio. E além do trabalhador ter sua situação melhorada, o Estado por sua vez, também sai ganhando, aumentando sua base de contribuintes e consequentemente a sua arrecadação como um todo. Ou seja, a queda de 6% no número de postos de trabalho informal, em 13 anos, mostra que somente uma atuação efetiva do Estado, reduzindo imposto e aumentando a arrecadação, pode fazer com que a intervenção estatal não seja considerada como uma causa, que eleva o trabalho informal.

Porém no caso do Brasil, a política fiscal de arrecadação de impostos ainda é ultrapassada, o que acaba lesando os trabalhadores que não tem condições de contribuir e também acaba lesando o Estado, que deixa de arrecadar milhões, em virtude da não adesão dos trabalhadores a formalização de suas empresas e negócio próprio.

3.1.2 Fiscalização

²⁰ Agencia Estadual de Notícias. **Paraná está na contramão dos altos impostos.** Disponível em: < <http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1058>>. Acesso em: 02 nov. 2007.

²¹ IPARDES. **Pesquisa aponta redução do trabalho informal no Paraná.** Disponível em: <www.ipardes.gov.br/noticias/2007economiainformal.htm> Acesso em: 02 nov.2007

A falta de fiscalização das empresas e trabalhadores informais, faz com que a informalidade seja ainda maior. O fato de não fiscalizar faz com que o trabalhador tenha a opção de não pagar os impostos, ou pagar, sendo que em meio a dificuldades dos rendimentos baixos, o trabalhador acaba optando por não pagar e assim ter uma renda maior para a sua subsistência. O mesmo ocorre com as empresas informais, que não tendo a fiscalização necessária, optam por não pagar os impostos ao trabalhador e ao Governo.

Com relação à fiscalização adotada no Brasil, não se aplica mais a forma punitiva de fiscalização, mas sim se adota uma política de orientação para as empresas e trabalhadores informais, o que segundo analistas torna-se uma convivência com o desrespeito à legislação. Porém, essa forma de fiscalizar, de orientação, é a um meio de obter uma maior formalização das empresas e dos trabalhadores que não tem sua situação regularizada, e dessa forma conseguir reduzir o número de trabalhadores informais no Brasil (MIGUEL, 2004).

Em meio à falta de fiscalização e a alta tributação aplicada no Brasil na década de 90, tornou-se incontrolável o crescimento do número de trabalhadores informais no Brasil. Sendo que uma mudança de atitude e de Legislação poderia em partes evitar esse crescimento desenfreado do trabalho informal, mas com a impunidade existente e até mesmo amparada pela legislação, a falta de fiscalização contribuiu para que o aumento do trabalho informal tivesse grandes proporções na década de 90. Uma vez que se a legislação e a fiscalização fossem mais rígidas, o trabalhador não teria outra opção que não a formalização das suas condições de trabalho, por mais custosa que seja essa legalização.

3.2 DESEMPREGO.

Segundo PASTORE, citado por DIMENSTEIN (2001)²²: "De fato, o Brasil é o campeão dos encargos trabalhistas. Além disso, dispõe apenas de uns 15 mil fiscais (entre Ministério do Trabalho e Previdência) para fiscalizar a força de trabalho de pouco mais 82 milhões de pessoas".

²² DIMENSTEIN, G. **Rigidez da lei estimula trabalho informal**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/sonosso/gd310101.htm>> Acesso em: 04 set. 2007

Os estudos de POCHMANN (2001), são de fundamental importância para com o diagnóstico das principais causas que levam ao trabalho informal, sendo considerado o desemprego uma das principais causas, entre outras como a elevada tributação sobre os trabalhadores e baixo crescimento econômico, refere-se a este fenômeno da seguinte forma, POCHMANN (2001, p. 95):

Pode-se perceber que o desemprego atual ataca o tecido social brasileiro tal como epidemia, cuja complexidade da manifestação somente pode ser entendida pelo curso do amplo período de duas décadas de estagnação econômica e pela ação, desde 1990, de um novo modelo econômico de inserção internacional desfavorável ao emprego nacional.

Em muitos países de primeiro mundo, a relação de trabalho não assalariado é visto como uma boa forma de se conseguir uma independência financeira, e isso vêm ocorrendo em muitos lugares, mas no caso Brasil em meio ao baixo crescimento econômico e a precarização das condições de trabalho é feita a seguinte análise por POCHMANN (2001, p. 98):

Algumas vezes, as ocupações não-assalariadas podem ser identificadas como uma das novas formas de inserção ocupacional, especialmente no caso do trabalho autônomo para a grande empresa (técnicos especializados e mão-de-obra com alta escolaridade e elevada experiência profissional). No Brasil, no entanto, o trabalho por conta própria que realmente tem se expandido é o tradicional, mais conhecido por trabalho autônomo para o público, que se caracteriza, em geral, por ser portador de condições de trabalho precário e de remuneração contida.

Com as afirmações colocadas acima, mostra que a situação do trabalhador brasileiro é muito prejudicada, em virtude de todo um cenário econômico conturbado e volátil como o brasileiro.

A taxa de desemprego aberto nos anos 90, no Brasil, teve seu número aumentado de 3,56% no início de 1990 para 8,9% em meados do ano de 1998, mantendo-se estável até o início dos anos 2000, tomando como base o índice de desemprego aberto²³ nas 6 regiões metropolitana abrangidas pela PME do IBGE. Sendo que o aumento do desemprego foi gradual, ou seja, foi aumentando ano a ano, crise após crise. Com isso, nem mesmo o mercado de trabalho informal foi capaz de absorver a mão de obra disponível a trabalhar.

²³ Desemprego aberto: critério usado para medir o desemprego, medindo somente as pessoas que no período de referência da pesquisa estavam disponíveis para trabalhar e realmente procuraram trabalho são consideradas desempregadas.

TABELA 4 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTO – 30 DIAS – RMs

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO - ABERTO - REFERENCIA : 30 DIAS – RMs (%)
1990	3,56
1991	5,67
1992	5,25
1993	6,45
1994	5,92
1995	4,67
1996	5,56
1997	5,49
1998	7,94
1999	8,44

Fonte: IBGE/PME²⁴ - 1999

Nota: Elaboração própria

Como agravante da situação do trabalhador brasileiro, as políticas públicas nacionais de combate ao desemprego e informalidade foram ineficazes, ou quase nulas, no caso do combate à informalidade na década de 90, uma vez que as mesmas consistem no argumento de que a falta de qualificação era o principal motivo da falta de oportunidades, o que se toma equivocado uma vez que foi cada vez maior o número de trabalhadores informais com qualificação e escolaridade elevada.

Como agravante dessa situação, a População Economicamente ativa brasileira, apresentou considerável elevação na década de 90. Ou seja, o número de pessoas que adentraram nesse conjunto da PEA, aumentou, sendo que o número de postos de trabalho não cresceu na mesma proporção, e dessa forma, elevando-se o desemprego e o emprego informal. Na década de 90, a PEA brasileira era de 49.210.172 no ano de 1990, sendo que no ano de 1999, a PEA era representada por 62.029.120 pessoas (IPEA²⁵).

Ainda com relação a falta de emprego na economia nacional, POCHMANN (2000, p.19) defende a seguinte idéia de que “Emprego depende,

²⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego - antiga metodologia (IBGE/PME antiga). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?75386765>> Acesso em: 04 set. 2007.

²⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dados disponíveis em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?104641718>> Acesso em: 04 set.2007.

fundamentalmente, de investimento e de capacidade de gasto do setor público, do crescimento da economia no seu todo. Além disso, temos um modelo econômico desfavorável ao emprego”. Com relação ao modelo econômico desfavorável ao emprego, o autor refere-se ao fato de o Brasil ter uma grande concentração da renda e terras, o que por sua vez reflete-se também numa distribuição desigual do emprego.

Segundo POCHMANN (2000, p. 190)

Há, no Brasil, 14 milhões de pessoas no mercado de trabalho que não deveriam estar lá. Temos 2,8 milhões de crianças trabalhando; 5,3 milhões de aposentados e pensionistas que continuam trabalhando; 3,3 milhões de pessoas que têm mais de um emprego; 29 milhões de trabalhadores que fazem horas extras. Se tivéssemos um problema de garantia de renda, as famílias carentes manteriam seus filhos estudando; se a aposentadoria fosse melhor, os aposentados voltariam para a casa; se os salários fossem maiores, muitos não teriam o segundo emprego ou aceitariam fazer horas extras;

Pode-se dizer, portanto, que se não bastasse a desigualdade na distribuição de terras e renda, no Brasil, ainda existe uma forte concentração com relação aos postos de trabalho. Ou seja, pessoas que já têm alguma renda, muitas vezes procuram aumentá-la em função da sua baixa remuneração, além dos aposentados, que em meio a uma Previdência condenada ao déficit, não pode remunerar os que precisam da maneira que deveria ser feito. Muitas vezes o valor de uma aposentadoria não é nem mesmo, o suficiente para comprar remédios, com isso a volta ao mercado de trabalho é o caminho encontrado pelos aposentados, sendo assim mais vagas de empregos acabam nas mãos de quem já tem alguma renda.

Uma solução para esse problema do desemprego, e no caso, a informalidade, estaria em uma reforma social e econômica no Brasil, onde economia e sociedade andariam juntas com o intuito de melhorar os problemas do país, e com isso promover crescimento econômico. Segundo POCHMANN (2000, p.19):

Nosso país é jovem, está em construção. Não tem uma malha viária completa, eletrificação rural plenamente desenvolvida. Enfrenta problemas sérios na área de educação e saúde. Então, há, no Brasil, um espaço de crescimento que não é pequeno. O Brasil tem um déficit habitacional de sete milhões de moradias. Imagine o impacto de

um programa nacional de habitação popular não só do ponto de vista da cidadania, mas da geração de empregos, inclusive para pessoas de menor qualificação.

Portanto, não somente com o intuito de gerar emprego, mas também com o intuito de melhorar a parte social, seria de fundamental importância para o Brasil, certas políticas desenvolvimentistas, que por sua vez não passam nem perto de programas de desenvolvimento econômico propostos no país.

3.3 BAIXO CRESCIMENTO ECONOMICO

No período entre 1991-2000 a economia cresceu pouco. Em virtude desse baixo crescimento, em alguns anos próximos da recessão, os investimentos para a criação de empregos e políticas públicas foram baixos, o que pode ter elevado o nível de atividade informal, uma vez que a força de trabalho aumentou junto com o aumento da população.

TABELA 5 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB): VARIAÇÃO REAL ANUAL (1991-2001)

PERÍODO	PIB – VARIAÇÃO REAL ANUAL
1991	1,03
1992	(-0,54)
1993	4,92
1994	5,85
1995	4,22
1996	2,66
1997	3,27
1998	0,13
1999	0,79
2000	4,36

FONTE: IBGE/SCN²⁶ - 2000

NOTA: Elaboração própria

²⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual); Dados extraídos da tabela: PIB - Var. real anual (% a.a.). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?379897437>> Acesso em : 04 set. 2007.

O PIB nacional teve alguns bons momentos nos anos de 1993, 1994 e 1995, porém só voltou a ter um bom crescimento no ano 2000 o que pode ter agravado a situação do desemprego e uma conseqüente acentuação do trabalho informal no país. Podendo ser, portanto, o baixo crescimento econômico uma das principais causas da expansão do trabalho informal no Brasil na década de 90. Segundo DEDECCA e BALTAR (1997, p.78):

A estagnação econômica, ao não mais gerar novas oportunidades de trabalho, começou a criar uma subutilização própria da força de trabalho, já inserida produtivamente no modo de vida urbano, fazendo com que as pessoas nesta condição mantivessem uma busca sistemática de uma ocupação plena que permitisse recuperar uma situação de trabalho semelhante à desfrutada anteriormente. As dificuldades de saída da condição de desemprego e mesmo a repetição em curtos períodos dessa situação acabam por induzir à informalidade e, em alguns casos, à inatividade.

Portanto, não somente o baixo crescimento econômico, mas também a instabilidade da economia brasileira na década de 90, levou a uma condição de extrema dificuldade do trabalhador de se manter em seus respectivos empregos, ou seja, eram constantes as trocas de emprego, em virtude da volatilidade da economia, e isso fazia com que os vínculos empregatícios do trabalhador, fossem deixados de lado e dessa forma incentivando a informalidade ou até mesmo a inatividade, no caso das pessoas com mais idade.

Segundo DEDECCA E BALTAR (1997, p.82), somente uma mudança de atitude das autoridades brasileiras é capaz de evitar que o quadro apresentado na década de 90 se mantenha para as décadas futuras:

A reforma do sistema nacional de relações de trabalho deve ser orientada para se contrapor, em vez de se adaptar, às tendências de crescente informalidade. Entretanto, o sucesso de uma reforma do sistema depende da reformulação mais ampla da economia nacional, visando um processo de desenvolvimento que desdobre a estrutura produtiva local com o fortalecimento do mercado e da renda interna, amparados em uma maior democratização das relações sociais em seus diversos níveis.

Portanto, ficou evidente que na década de 90, em meio a inúmeras crises políticas, econômicas e monetárias, o Brasil não teve um crescimento suficiente para fazer os investimentos necessários em infra-estrutura e por conseqüência, a criação de empregos, com isso, a informalização da economia tornou-se inevitável e cada vez mais presente na economia nacional na última década do século XX.

Porém, deve-se ressaltar a idéia de que não é somente o desenvolvimento, ou crescimento do PIB, que vai levar a uma melhora da formalização, ou a conseqüente diminuição da informalidade. Uma vez que no período de melhor desempenho na década de 90 (1993 a 1997) a formalidade apresentou uma queda, enquanto a informalidade apresentou uma elevação.

Segundo VAZ (2000), citado por RAMOS (2007, p.123):

Entre 1993 e 1998, no entanto, a taxa anual média de aumento do PIB foi de 3,49%, e o emprego formal (assalariados com carteira) registrou queda de 2,89%. Essas variações foram extremamente favoráveis no caso dos assalariados sem carteira (+17,8%) e por conta própria (+20,43%). Assim, nos deparamos com uma conjuntura onde o nível de atividade aumenta e o da informalidade também, um movimento que foge às predições dos modelos tradicionais.

Portanto, a idéia inicial de que o crescimento econômico eleva o nível de atividade, não se enquadra em certo momento da década em questão, porém, não pode-se deixar de lado a idéia de que o baixo crescimento econômico, contribui tanto para a elevação do desemprego, e com isso, de acordo com algumas teorias eleva também a elevação do trabalho informal.

CONCLUSÃO

O trabalho informal sempre esteve presente na sociedade mundial, da época mais primitiva, até os tempos da globalização da economia. Essa forma de trabalho sempre esteve presente na economia como um todo, seja nas épocas dos escravos, seja na época dos direitos iguais, ou seja, independente do grau de modernização, ou desenvolvimento da sociedade, o trabalho informal sempre esteve presente.

No Brasil não é diferente, possuidor de um mercado de trabalho imenso, o Brasil tem um dos maiores quadros de trabalho informal do mundo, com algo acima de 50% da força de trabalho inserida nessa forma de trabalho. Nas ruas das grandes cidades ou no comércio das cidades mais pacatas, não é difícil encontrar um vendedor ambulante ou um simples vendedor de picolé.

No entanto, o termo “trabalho informal” só foi definido, e com isso passou a ser estudado e trabalhado, na década de 60 através de estudos da OIT. Com o intuito de desenvolver estudos para o desenvolvimento da África e da América Latina, onde em meio as transformações e desenvolvimento dessas regiões, ficava evidente a diferença entre a não criação de postos de trabalho e o aumento da PEA e com isso, a mão de obra não absorvida pelo crescimento econômico era diretamente transformado em trabalho informal, ou seja, uma forma de subsistência e uma maneira de não adentrar no quadro de desempregados.

O termo “trabalho informal”, passou por transformações entre os anos 60 e 90, uma vez que do início do século, até pouco mais da sua metade, era o emprego assalariado a principal forma de ocupação no mercado de trabalho nacional. Sendo que na década de 90 essa tendência passou a ser outra, onde nessa época, o trabalho assalariado perdeu força no mercado de trabalho nacional, perdendo espaço para formas de trabalho não assalariadas e em meio a crises e estagnação econômica, com isso abrindo espaço para a expansão do número de trabalhadores não assalariados, que trabalham por conta, além dos trabalhadores que ainda são assalariados, mas sem carteira assinada e dessa forma sem nenhum direito trabalhista.

Sendo o principal objetivo desse trabalho, estudar o trabalho informal no Brasil, na década de 90, pode-se dizer que esse período foi o que mais

apresentou transformações, ou seja, nessa época o trabalho informal ultrapassou mais do que a metade dos trabalhadores no Brasil. Um mercado de trabalho que se apresentava estável, acompanhado de crescimentos e desenvolvimento econômico, deu espaço para um mercado de trabalho precário, em meio a crises de desenvolvimento e crescimento econômico.

Na década de 90, os trabalhadores sem carteira assinada passaram de 19,1% para 26,4% dos trabalhadores brasileiros, além disso, os trabalhadores que trabalham “por conta” passou de 18,5% para 23,6% dos trabalhadores brasileiros, o que mostra que a informalidade passou a representar pouco mais de 50% do mercado de trabalho nacional. Uma vez que o trabalhador conta própria em sua grande maioria, cerca de 98%, não tem nenhum tipo de regulamentação, como por exemplo, plano de previdência público ou privado.

Esse crescimento do trabalho informal se deu principalmente ao fato da queda dos trabalhadores formais, com carteira assinada, que caíram de 56,9% para 44,5% dos trabalhadores brasileiros, ou seja, pode-se afirmar que o mercado de trabalho informal absorveu os trabalhadores que deixaram de ter carteira assinada.

Em meio a essas transformações nas formas de ocupação dos trabalhadores, ocorreu também uma transformação nos setores de atividades da economia brasileira, na década de 90. A indústria de transformação foi o setor que apresentou maior transformação (perda), passando de 23,8% para 16,3%, ao passo que o setor de serviços passou de 47,5% para 54,4%, aumentando ainda mais a fatia do setor de serviços no mercado de trabalho nacional. Com uma queda no setor de indústria de transformação, proporcional ao aumento no setor de serviços, pode-se concluir que o setor de serviços foi o caminho seguido pelos trabalhadores que perderam seus empregos na indústria.

Em meio a um quadro de expansão da informalidade na década de 90, o estudo mostra algumas hipóteses, que podem ter contribuído, para que a informalidade aumentasse no Brasil na década em questão. A primeira delas foi a tributação adotada no Brasil na década de 90, tal afirmação é mostrada através da curva de Laffer, onde o aumento da tributação gera quedas nas relações formais, além de quedas na arrecadação de impostos, embora essa afirmação não seja válida em alguns casos, no caso dos “profissionais liberais”, algo cada vez mais comum no Brasil.

Além da tributação, a pouca fiscalização de empresas e trabalhadores informais, bem como, a forma como a fiscalização foi feita, contribuíram para o crescimento nessa forma de ocupação.

O desemprego foi outra hipótese que contribuiu para o crescimento do trabalho informal, na década de 90, onde em meio a índices de desempregos elevados, e um crescente aumento na demanda por emprego, o trabalho informal foi a solução encontrada para a subsistência do trabalhador. Porém, esses elevados índices de desemprego estavam relacionados aos baixos crescimentos anuais da economia nacional, sendo que em meio a crises e recessões, não foram feitos os devidos investimentos, para que a economia pudesse absorver toda a demanda por trabalho.

Conclui-se, portanto, que o trabalho informal passou por mudanças desde sua origem, até a década de 90, sendo que na década em questão, alcançou índices jamais vistos na economia nacional, tendo como principais causas as hipóteses apresentadas, além disso, pode-se dizer que o trabalho informal ultrapassou as barreiras da economia nacional, passando a ser um dos problemas mais graves no novo milênio, um problema estrutural com difícil solução, solução essa que passa principalmente por um conjunto de atitudes enérgicas de regulamentação e conseqüentemente formalização do mercado de trabalho nacional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Paraná está na contramão dos altos impostos.** Disponível em: <

<http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1058>>.

Acesso em: 02 nov. 2007.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90.** Estudos Econômicos. São Paulo: USP/IPE, v.27, p. 65-84, 1997.

DIMENSTEIN, G. **Informalidade dobrou em dez anos.** Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd110902.htm>

>Acesso em: 04 set. 2007.

DIMENSTEIN, G. **Rigidez da lei estimula trabalho informal.** Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/sonosso/gd310101.htm>>Acesso

em: 04 set. 2007

GIANBIAGI, F.; ALÉM, A.C. **Finanças Públicas.** Rio de Janeiro , 2ª edição, p.41, 2001.

IBGE. **Economia Informal Urbana 1997.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/Econ_Inf_Urb_v1_1997.pdf> Acesso em: 02 set. 2007.

IBGE. **Economia Informal Urbana 2003.** Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/comentario.pdf>>

Acesso em: 07 set.2007.

IBGE. **Educação e Trabalho.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores_minimos/duppme/analiseresultados2.shtm> Acesso em: 04 set. 2007.

IBGE. **Indicadores, Pesquisa Mensal de Emprego 1999.** Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/> Acesso em : 04 set. 2007

IPARDES. **Pesquisa aponta redução do trabalho informal no Paraná.** Disponível em:

<www.ipardes.gov.br/noticias/2007economieainformal.htm> Acesso em: 02 nov.2007

IPEA. **Emprego.** Disponível em:

<www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?379897437>Acesso em: 05 set. 2007.

IPEA. **Custos do Trabalho, Direitos Sociais e Competitividade Industrial.** Disponível em:<www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/inovacaotecn/Cap%207.pdf>

Acesso em : Acesso em: 15 set. 2007.

MARX, K. **O Capital - Crítica da economia política . Livro I: O Processo de Produção do Capital**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 12ª edição. Vol. II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MIGUEL, A. C. **A inspeção do trabalho no governo FHC: análise sobre a política de fiscalização do trabalho**. São Carlos, 2004.101f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos.

NOBRE, E. A. C. **As transformações recentes do Sistema Capitalista: reestruturação econômica e os paradigmas de desenvolvimento**. Disponível em: < http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/pos_grad/aula_1.pdf> Acesso em: 10 dez. 2007.

NORONHA, E.G. **Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-69092003000300007> Acesso em: 30 ago. 2007.

OIT. **Emploment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**. Genebra, 1972

POCHMANN; M. **Desemprego Disfarçado?**. Rumos, vol. 24 , nº 168 , p.16-19, 2000.

POCHMANN; M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2001. v.1.

RAMOS; C.A. **Econômica**. Rio de Janeiro, v.9, p. 115-137, junho 2007.

SEBRAE. **Economia Informal Urbana 2003**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/economiainformalurbana2003/sub_informacoes.asp> Acesso em: 21 set. 2007.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade**. Tempo e Presença. Rio de Janeiro: CEDI, v.15, n.269, p. 31-34, maio/jun. 1993.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico. Agricultura e Dualismo Tecnológico**. São Paulo: Editora Atlas, p.204 – 208, 2007.

TOKMAN, V. **Las relaciones entre los sectores formal e informal. Una exploración sobre su naturaleza**. Santiago de Chile, Revista de la Cepal, 5, primeiro semestre, 1978.

ZAVALA, R. **Rigidez da lei estimula trabalho informal**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/sonosso/gd310101.htm>> Acesso em: 15 set. 2007.